

Contra a Vitória da Truculência

Roberto Leal Lobo e Silva Filho

12 de fevereiro de 2017

O youtube divulgado recentemente com a palestra do juiz Sergio Moro na Universidade de Columbia, nos EUA, é muito significativo como marco das duas diferentes culturas. Uma realmente democrática e outra permissiva. Não há necessidade de estabelecer qual é qual, porque esse texto deixará claro meu ponto de vista.

Na referida palestra, meia dúzia de participantes, certamente acostumados com algumas atitudes que são bem-sucedidas no Brasil, resolveram desafiar o juiz Moro e evitar que ele falasse, mesmo que o restante da plateia continuasse presente e viesse a gritaria da meia dúzia hostil a Sergio Moro.

No Brasil, o pequeno grupo radical e mal-educado teria obtido sucesso e os próprios organizadores do evento, professores politicamente corretos, teriam provavelmente pedido ao juiz, cheios de desculpas, que suspendesse sua fala e se retirasse para não causar mais conflitos. Vitória da truculência!

Em Columbia, não foi isso que aconteceu. Respeitando o palestrante, o convite a ele feito e os presentes que desejavam ouvi-lo, os organizadores mandaram seguranças para retirar da plateia quem não queria ouvir o palestrante. Nada mais justo. Sai quem não quer ouvir, fica quem quer e respeita-se o convidado. É claro!

A tradição que vai se estabelecendo em nosso país, de pessoas que se julgam politicamente corretas e estão pouco dispostas a se expor a situações de conflito, está estimulando atitudes totalitárias que não condizem com um regime democrático e não respeita a diferença de opiniões. Foi o que se viu nas recentes invasões das escolas em duas ocasiões: quando o governo do Estado de S. Paulo tentou remanejar a ocupação e a vocação de suas escolas e, mais recentemente, como reação orquestrada à Medida Provisória de Reformulação do Ensino Médio.

Sem falar nas frequentes invasões de reitorias de nossas universidades públicas seguidas de intermináveis greves, que suspendem as atividades escolares por imensos períodos, irrecuperáveis, apesar da cínica alegação de que haveria compensações, mais utilizada para evitar eventuais cortes de ponto dos faltosos grevistas do que realmente por acreditar que esse remendo realmente recuperasse o tempo perdido.

No Brasil, infelizmente, prevalece, tanto na visão da imprensa como do próprio judiciário, o princípio de que o indivíduo prevalece sobre a sociedade.

É o país feito para pessoas espaçosas. Grito e prejudico uma palestra, e pronto – se me reprimem estão sendo truculentos e fascistas, ainda que centenas de pessoas que desejavam assistir à palestra sejam prejudicadas.

Toco meu som altíssimo, incomodando vizinhos e transeuntes, porque o som é meu e estou na minha casa; meu cachorro suja a rua, mas para que existe gari? Eu e dez colegas impedimos 500 alunos de assistirem aula, porque na verdade não gosto do governador ou do presidente – que mal faz que eu estrague o patrimônio da escola, que atrase os estudos dos colegas e desmoralize diretores e professores que desejariam dar as aulas para as quais são pagos.

Qualquer ação repressiva é encarada como truculenta e fascista, se for contra manifestantes que se anunciam como defensores da “democracia”. Nossa imprensa e nossos juízes também pensam assim.

A repressão vale sim, mas somente quando os atingidos são jornalistas, juristas ou parlamentares. Um foguete mal lançado em uma manifestação e que accidentalmente matou um jornalista, foi julgado como homicídio doloso por pressão da classe jornalística. Nossos parlamentares, liderados por uma oligarquia obsoleta e corrupta, vem se distanciando cada vez mais dos princípios éticos e da opinião pública para preservar seus privilégios e impunidade.

Cada vez mais individualista, conduzida por quem se diz democrata e progressista, nossa sociedade perdeu o respeito por si própria. Se as pessoas se matam nas ruas quando não há policiamento porque os policiais estão em greve, a culpa é do governo e do governador. Nem por um momento imaginamos que um povo civilizado pode viver alguns dias sem polícia ostensiva sem se matar ou saquear suas lojas.

Se quebramos as cabines telefônicas, reclamamos da falta de fiscalização do governo.

Se não houver respeito pelo próximo, pela justiça igual para todos e pela ética, nenhum governo poderá tirar nosso país da crise onde ele se afunda.